



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

## PARECER TÉCNICO- CONTROLADORIA INTERNA

Processo Licitatório nº 016/2018

Modalidade: Pregão Presencial, Tipo menor preço por item

Licitação nº 014/2018

### 1) Do Relatório

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, registrado sob o nº 014/2018, tendo por objeto contratação de pessoa jurídica para o provimento de solução de conectividade a internet através de Links de dados para acesso à internet, de forma permanente, dedicada e exclusiva à rede mundial de computadores, 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados para atender a Câmara Municipal de Itabirito. O processo veio devidamente instruído, autuado, numerado e protocolado em 135 páginas.

Este é o relatório.

### 2) Do Mérito

Inicialmente é importante afirmar que a Constituição da República de 1988, em seu art. 37, inciso XXI, tornou o processo licitatório *conditio sine qua non* para contratos — que tenham como parte o Poder Público — relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação.

Toda licitação deve ser pautar em princípios e regras previstos no texto Constitucional, bem como na legislação especial. No que tange ao processo licitatório na modalidade pregão, mister se faz a análise da Lei 10.520/02, que trata dessa modalidade, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93.

A Lei 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais (art. 1º, parágrafo único da Lei supra citada).



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**

A modalidade de licitação denominada pregão, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, possui como principal característica a agilidade nos processos licitatórios, minimizando custos para a Administração Pública.

Observamos que no processo foram observados os princípios legais que são devidos a Administração, como legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e, ainda, os princípios da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Analisamos toda a documentação e constatamos que estão regulares e obedeceram aos requisitos do Edital.

### **3) Da conclusão**

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e, que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itabirito/MG, em 19 de Outubro de 2018.

**Sandra Obadovski Freitas Andrade**  
**Coordenadora do Controle Interno**

**Wesley Henrique Pereira**  
**Assessor de Controle Interno**